

Questão	Resposta	Argumentação
7	A	<p>1. A questão pede, em conformidade com a Lei 8.112/90, os requisitos básicos para a investidura em cargo público. Conforme o art. 5º da referida Lei, temos: "Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público: I - a nacionalidade brasileira; II - o gozo dos direitos políticos; III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais; IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; V - a idade mínima de dezoito anos; VI - aptidão física e mental."</p> <p>2. Pois bem, da leitura das 5 alternativas, todas elas contemplam requisitos básicos para a investidura em cargo público, umas mais completas que outras, mas todas corretas;</p> <p>3. A questão, para ter apenas 1 resposta correta, deveria restringir as outras alternativas com, por exemplo, o uso da palavra "somente" [quem treinou com as provas de 2012 e 2013, pode verificar que algumas questões vinham a palavra "somente" restringindo, ou seja, quem estuda realmente, sabe que não são APENAS aqueles requisitos, existem outros e, logo, marcará apenas a correta; EXEMPLO - Prova de 2012: 07 Os órgãos da administração superior são aqueles diretamente responsáveis pela superintendência e definição de políticas gerais da Universidade, referentes às matérias acadêmicas e à administração, em estreita interação com os demais órgãos universitários. O Conselho Superior de Administração ? CONSAD é um dos que integram a administração superior. Em consonância ao Estatuto da Universidade Federal do Pará o Conselho Superior de Administração ? CONSAD é o órgão de (A) consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, acadêmica e patrimonial, somente. (B) consultoria, supervisão e deliberação em matéria acadêmica e financeira, somente. (C) consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial e financeira. (D) consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, acadêmica e jurídica, somente. (E) supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial, acadêmica, jurídica e financeira.</p> <p>4. Ademais, a questão pedia como resposta a literalidade da lei, porém também não foi fiel, pois coloca "nacionalidade", que pode ser qualquer uma, quando a Lei afirma ser "nacionalidade brasileira" o requisito.</p> <p>5. Isto posto, solicito a ANULAÇÃO da questão.</p>

7	C	<p>RECURSO questão 07 - Assistente em Administração:</p> <p>1. A questão pede, em conformidade com a Lei 8.112/90, os requisitos básicos para a investidura em cargo público. Conforme o art. 5º da referida Lei, temos:</p> <p>"Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:</p> <p>I - a nacionalidade brasileira;</p> <p>II - o gozo dos direitos políticos;</p> <p>III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;</p> <p>IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;</p> <p>V - a idade mínima de dezoito anos;</p> <p>VI - aptidão física e mental."</p> <p>2. Pois bem, da leitura das 5 alternativas, todas elas contemplam requisitos básicos para a investidura em cargo público, umas mais completas que outras, mas todas corretas;</p> <p>3. A questão, para ter apenas 1 resposta correta, deveria restringir as outras alternativas com, por exemplo, o uso da palavra "somente" [quem treinou com as provas de 2012 e 2013, pode verificar que algumas questões vinham a palavra "somente" restringindo, ou seja, quem estuda realmente, sabe que não são APENAS aqueles requisitos, existem outros e, logo, marcará apenas a correta;</p> <p>EXEMPLO - Prova de 2012:</p> <p>07 Os órgãos da administração superior são aqueles diretamente responsáveis pela superintendência e definição de políticas gerais da Universidade, referentes às matérias acadêmicas e à administração, em estreita interação com os demais órgãos universitários. O Conselho Superior de Administração ? CONSAD é um dos que integram a administração superior.</p> <p>Em consonância ao Estatuto da Universidade Federal do Pará o Conselho Superior de Administração ? CONSAD é o órgão de</p> <p>(A) consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, acadêmica e patrimonial, somente.</p> <p>(B) consultoria, supervisão e deliberação em matéria acadêmica e financeira, somente.</p> <p>(C) consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial e financeira.</p> <p>(D) consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, acadêmica e jurídica, somente.</p> <p>(E) supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial, acadêmica, jurídica e financeira.</p> <p>4. Ademais, a questão pedia como resposta a literalidade da lei, porém também não foi fiel, pois coloca "nacionalidade", que pode ser qualquer uma, quando a Lei afirma ser "nacionalidade brasileira" o requisito.</p> <p>5. Isto posto, solicito a ANULAÇÃO da questão.</p>
---	---	--

Universidade Federal do Pará
 Centro de Processos Seletivos
 Edital Nº 72/2015 - UFPA
 CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
 Nível de classificação: D
 Cargo: Assistente em Administração
 Recursos da prova objetiva: questões de Legislação

7	D	<p>Solicito a anulação da questão, tendo em vista a multiplicidade de alternativas corretas, o que será demonstrado pelos argumentos a seguir expostos.</p> <p>Pois bem, a questão pede, em conformidade com a Lei 8.112/90, os requisitos básicos para a investidura em cargo público. Conforme o art. 5º da referida Lei, temos:</p> <p>Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:</p> <p>I - a nacionalidade brasileira;</p> <p>II - o gozo dos direitos políticos;</p> <p>III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;</p> <p>IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;</p> <p>V - a idade mínima de dezoito anos;</p> <p>VI - aptidão física e mental.</p> <p>Da leitura das 5 (cinco) alternativas, verifica-se que todas elas contemplam requisitos básicos para a investidura em cargo público, umas mais completas que outras, mas todas, indubitavelmente, corretas;</p> <p>A questão, para ter apenas 1 (uma) resposta correta, deveria, por exemplo, ter restringido em seu comando tal alternativa com o uso da palavra "somente", ficando da seguinte maneira "São requisitos básicos para investidura em cargo público os presentes somente na alternativa...?" ou ainda ter solicitado a totalidade dos requisitos "marque a alternativa que apresenta todos os requisitos básicos para a investidura em cargo público?".</p> <p>Ademais, apesar de, em tese, a questão em comento ter como resposta correta a literalidade da lei, também não foi fiel à mesma, tendo em vista que ao utilizar o termo "nacionalidade", leva o candidato a entender que pode ser qualquer uma, quando a Lei afirma ser "nacionalidade brasileira" o requisito.</p> <p>Isto posto, por todas as alternativas contemplarem o que é pedido no comando da questão, solicito sua anulação.</p>
7	E	<p>A justificativa do Recurso se diz respeito a formulação da questão acima citado, pois as instruções tanto no Edital, quanto no boletim de questões no item 01. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 35 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 5 de Língua Portuguesa, 5 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos; e a PROPOSTA DE REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.</p> <p>E de acordo com a Lei nº 8.112/90 Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público todas as alternativas estão concomitantemente respaldada com a Lei. A questão não pergunta qual é a mais completa com relação a Lei 8.115/90.</p> <p>Sendo assim, solicito o requisito que foi dado para que a resposta seja a alternativa (A).</p>
7	C	<p>Solicito a anulação da questão de número 07, pois não segue em nenhuma das suas alternativas a literalidade da Lei n: 8.112/90 e suas alterações, como solicita a referida questão, isto se ocasionou quando colocou em todas as suas alternativas, apenas a palavra</p>

Universidade Federal do Pará
Centro de Processos Seletivos
Edital Nº 72/2015 - UFPA
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
Nível de classificação: D
Cargo: Assistente em Administração
Recursos da prova objetiva: questões de Legislação

	<p>nacionalidade, e não especificando que nacionalidade seria essa, invalidado a referida questão. Embasamento Comprobatório: 1. A questão pede, em conformidade com a Lei 8.112/90, os requisitos básicos para a investidura em cargo público. Conforme o art. 5º da referida Lei, temos:</p> <p>"Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:</p> <ul style="list-style-type: none">I - a nacionalidade brasileira;II - o gozo dos direitos políticos;III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;V - a idade mínima de dezoito anos;VI - aptidão física e mental." <p>2. Pois bem, da leitura das 5 alternativas, todas elas contemplam requisitos básicos para a investidura em cargo público, umas mais completas que outras, mas todas quase corretas, se não fosse a palavra "nacionalidade" inserida em todas as suas alternativas, ao invés do requisito: "nacionalidade brasileira";</p> <p>3. Além disto, a referida questão, para ter apenas 1 resposta correta, deveria restringir as outras alternativas como, por exemplo, o uso da palavra "somente" [quem treinou com as provas de 2012 e 2013, pode verificar que algumas questões vinham a palavra "somente" restringindo, ou seja, quem estuda realmente, sabe que não são APENAS aqueles requisitos, existem outros e, logo, marcará apenas a correta;</p> <p>EXEMPLO - Prova de 2012:</p> <p>07 Os órgãos da administração superior são aqueles diretamente responsáveis pela superintendência e definição de políticas gerais da Universidade, referentes às matérias acadêmicas e à administração, em estreita interação com os demais órgãos universitários. O Conselho Superior de Administração ? CONSAD é um dos que integram a administração superior.</p> <p>Em consonância ao Estatuto da Universidade Federal do Pará o Conselho Superior de Administração ? CONSAD é o órgão de</p> <ul style="list-style-type: none">(A) consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, acadêmica e patrimonial, somente.(B) consultoria, supervisão e deliberação em matéria acadêmica e financeira, somente.(C) consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial e financeira.(D) consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, acadêmica e jurídica, somente.(E) supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial, acadêmica, jurídica e financeira. <p>4. Ademais, a questão pedia como resposta a literalidade da lei, porém também não foi fiel, pois coloca "nacionalidade", que pode ser qualquer uma, quando a Lei afirma ser "nacionalidade brasileira" o requisito.</p> <p>5. Isto posto, solicito a ANULAÇÃO da questão.</p>
--	---

Universidade Federal do Pará
Centro de Processos Seletivos
Edital Nº 72/2015 - UFPA
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
Nível de classificação: D
Cargo: Assistente em Administração
Recursos da prova objetiva: questões de Legislação

9	A	<p>A assertiva b, não pode ser considerada como correta, já que o comando da questão afirma que "A CONSTRUÇÃO DESSE PLANO FOI UMA EXIGENCIA E DETERMINAÇÃO DE(DO):"</p> <p>Ora, o decreto 5.773/2006, em nenhum momento dispõe sobre exigência e determinação de construção do PDI. Na realidade, o PDI é um mero requisito para fins de credenciamentos como instituição de educação superior. Isso está claro no art. 15, inc. II do decreto supra mencionado. Assim, não se pode considerar a CONSTRUÇÃO do PDI como uma exigência e determinação do decreto 5.773/2006, eis que se trata de um requisito para o pedido de credenciamento junto ao Ministério da Educação.</p> <p>Nesse sentido, o arquivo do PDI constante no site da UFPA, dispõe claramente que às fls. 5, na sua introdução, que a construção do PDI foi realizada de forma participativa, bem como que se trata de uma continuação, em que se preserva o PDI 2001-2010. Vide parágrafo segundo da fls. 5, colacionado: "a Universidade Federal do Pará constrói de forma participativa o seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2011-2015, redefine sua missão e visão de futuro, suas políticas, diretrizes e objetivos estratégicos que passam a direcionar o processo decisório institucional, preservando de forma consensual os valores definidos no PDI 2001-2010."</p> <p>Ademais, também consta as fls. 35 do PDI "Nesse contexto histórico, foi elaborado o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPA, para o período 2001/2010, aprovado em reunião extraordinária do Conselho Universitário ? CONSUN. Este Plano Estratégico Institucional teve a finalidade de apontar programas, projetos e ações para valorizar e nortear a atuação da UFPA ao longo da década." ou seja, a resposta mais aproximada seria a assertiva "A".</p> <p>Assim, ante a inexistência de resposta correta, requer a anulação da presente questão pelos motivos e fundamentos supra mencionados.</p>
9	B	O Decreto em questão não está descrito no edital, invalidando dessa forma a alternativa como correta.

Universidade Federal do Pará
Centro de Processos Seletivos
Edital Nº 72/2015 - UFPA
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
Nível de classificação: D
Cargo: Assistente em Administração
Recursos da prova objetiva: questões de Legislação

9	E	<p>Esta questão precisa ser anulada, pois o referido decreto que dispõe a alternativa B, conforme foi nos dado como resposta correta, carece de respaldo editalício. Em nenhum momento o "Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior, dentre outros" foi exigido no conteúdo programático deste certame.</p> <p>O PDI fez apenas uma referência, pois sem dúvida, em seu contexto era importante mencioná-lo, como várias informações ali contida, como referências a Constituição Federal, ao Código Civil, entre várias...</p> <p>Mas nem por isso poderiam exigir dos candidatos o conteúdo das legislações supra.</p> <p>Outro exemplo, que aparecem das mais variadas formas no PDI da UFPA: "O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA, idealizado a partir de um processo colegiado, baseou-se na aplicação da metodologia BSC (Balanced Scorecard)", nem por isso os candidatos precisam saber o que significa esta expressão "Balanced Scorecard" pois não foi objeto de avaliação.</p> <p>1 - " Declaração do Milênio, pactuada no ano 2000 por 189 Estados-membros da Assembleia Geral das Nações Unidas", seria outro exemplo de exposição no PDI para um melhor entendimento de seus objetivos.</p> <p>Enfim, é honroso a esta Banca zelar por sua reputação, comprometimento e acima de tudo, por sua função social em um contexto de inserção de novos servidores públicos para auxiliar o crescimento da UFPA, da educação formal superior.</p> <p>Portanto, requiro a Anulação da Questão número 9 do cargo Assistente em Administração, nível D, porque o objeto da questão está extrapolando o conteúdo programático previsto pela organizadora.</p>
---	---	---

Universidade Federal do Pará
Centro de Processos Seletivos
Edital Nº 72/2015 - UFPA
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
Nível de classificação: D
Cargo: Assistente em Administração
Recursos da prova objetiva: questões de Legislação

9	A	<p>A resposta certa deveria ser a da letra: A</p> <p>A assertiva b, não pode ser considerada como correta, já que o comando da questão afirma que "A CONSTRUÇÃO DESSE PLANO FOI UMA EXIGENCIA E DETERMINAÇÃO DE(DO):" Ora, o decreto 5.773/2006, em nenhum momento dispõe sobre exigência e determinação de construção do PDI. Na realidade, o PDI é um mero requisito para fins de credenciamentos como instituição de educação superior. Isso está claro no art. 15, inc. II do decreto supra mencionado. Assim, não se pode considerar a CONSTRUÇÃO do PDI como uma exigência e determinação do decreto 5.773/2006, eis que se trata de um requisito para o pedido de credenciamento junto ao Ministério da Educação. Nesse sentido, o arquivo do PDI constante no site da UFPA, dispõe claramente que às fls. 5, na sua introdução, que a construção do PDI foi realizada de forma participativa, bem como que se trata de uma continuação, em que se preserva o PDI 2001-2010. Vide parágrafo segundo da fls. 5, colacionado: "a Universidade Federal do Pará constrói de forma participativa o seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2011-2015, redefine sua missão e visão de futuro, suas políticas, diretrizes e objetivos estratégicos que passam a direcionar o processo decisório institucional, preservando de forma consensual os valores definidos no PDI 2001-2010." Ademais, também consta as fls. 35 do PDI "Nesse contexto histórico, foi elaborado o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPA, para o período 2001/2010, aprovado em reunião extraordinária do Conselho Universitário ? CONSUN. Este Plano Estratégico Institucional teve a finalidade de apontar programas, projetos e ações para valorizar e nortear a atuação da UFPA ao longo da década." ou seja, a resposta mais aproximada seria a assertiva "A". Assim, ante a inexistência de resposta correta, requer a anulação da presente questão pelos motivos e fundamentos supra mencionados.</p>
9	E	<p>De acordo com o edital, Nº 72/2015, não consta em seu conteúdo programático para nível médio esse DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006, que Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, com isso não teria como o candidato acertar a questão por não usufruir da leitura do citado decreto, já para o nível superior ele consta de forma explícita, logo a questão deve ser anulada.</p>

Universidade Federal do Pará
 Centro de Processos Seletivos
 Edital Nº 72/2015 - UFPA
 CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
 Nível de classificação: D
 Cargo: Assistente em Administração
 Recursos da prova objetiva: questões de Legislação

9	E	JUSTIFICATIVA: O Decreto 5.773/2006 menciona o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como um dos documentos necessários à instrução do processo de credenciamento e credenciamento das IESs, mencionando apenas os elementos básicos que devem compor o instrumento (Art. 16). Ou seja, não fala-se em EXIGÊNCIA ou DETERMINAÇÃO no que diz respeito à sua construção. Somado a isso, em publicação feita em 16/12/2009 no sítio oficial da UFPA, menciona-se que o PDI é um instrumento de RECOMENDAÇÃO do MEC (e segundo os dicionários de Língua Portuguesa, RECOMENDAR significa ACONSELHAR, INDICAR, ADVERTIR mas não fala-se em EXIGIR ou DETERMINAR) e que a construção do mesmo é um "processo COLETIVO e, como tal, deve envolver, em maior ou menor grau, TODOS OS MEMBROS DA COMUNIDADE ACADÊMICA". Assim, a única alternativa que ratifica o PDI como um produto de construção coletiva é alternativa "E" por tratar dos órgãos de consulta e DELIBERAÇÃO (nesse caso, considera-se a DETERMINAÇÃO) envolvendo a REPRESENTAÇÃO de TODOS os atores-formadores da Universidade: Os Conselhos Universitários (CONSUN, CONSEPE e CONSAD)
9	C	A questão afirma que o Plano de Desenvolvimento Institucional 2011 -2015 configura-se na primeira etapa de um processo, que permite dinamizar a gestão institucional exigida pelo Decreto nº 5.773/2006, mas não esclarece de qual instituição o que leva o candidato a duvida. Pois, se está referindo-se a UFPA o Plano de Desenvolvimento 2011-2015 não pode ser considerado como primeira etapa, mas sim como parte de um processo pois a UFPA em 2013 participou da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Planejamento Estratégico na gestão de universidades federais brasileiras, no qual foram realizadas análises documentais e entrevistas in loco em oito universidades federais, sendo a UFAL, a UFGD, a UFMA, a UFMG, a UFPA, a UFSC, a UnB e a UNIFAP, que foi embasado no Decreto nº 5.773/2006.
10	B	Porque ela especifica os poderes legislativo, executivo e judiciário.